



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO**



2º Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Combate à Desertificação

Data: 09 de agosto de 2010

Horário: 9h00 até às 17h00

Local: Sede do IBAMA - Auditório 1

Av. das Nações, Setor de Clubes Norte – Brasília-DF.

PARTICIPANTES:

Membros da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD) - (Lista de Participantes - anexo I).

Pontos de pauta:

- a)ICID 2010 – 2ª Conferência Internacional: Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas;
- b)Relatório UNCCD – Convenção da ONU para o Combate à Desertificação;
- c)Resumo e destinação do Relatório do I ENED – Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação;
- d)Fundo Caatinga;
- e)Outros assuntos.

A ordem do dia foi assim composta:

- a)Palavra da Presidente
- b)Posse dos representantes da sociedade civil;
- c)Aprovação da Pauta;
- d)Informes – Secretaria Executiva;
- e)Pontos de pauta;
- f)Encaminhamentos.

Apoio técnico - CCD/SEDR/MMA

Luciana Hemétrio Valadares

Eliana Fernandes de Souza

Marcos Oliveira Santana

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

A Segunda Reunião da Comissão Nacional de Combate à Desertificação e

Mitigação dos Efeitos de Seca - CNCD teve início às 09h30 do dia 09 de agosto de 2010, com o Senhor Mestre de Cerimônias saudando a todos e em seguida iniciando a cerimônia de posse dos membros da Comissão Nacional de Combate à Desertificação e a assinatura do Acordo de Parceria entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e o Ministério do Meio Ambiente - MMA. A mesa de honra foi composta pela Ministra de Estado do Meio Ambiente, senhora Izabella Teixeira, presidenta da Comissão, o Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR do Ministério do Meio Ambiente, senhor Egon Krakhecke, Secretário Executivo da Comissão e o Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, senhor Gilberto Câmara.

Em continuidade ao processo de implementação do Programa de Ação Nacional de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN-Brasil e respeitando os compromissos com a Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação - UNCCD, o governo do Brasil criou a Comissão Nacional de Combate a Desertificação, por meio do decreto presidencial de 21 de julho de 2008. Presidida pelo Ministério do Meio Ambiente, a Comissão Nacional de Combate a Desertificação tem como Secretaria Executiva a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e representação dos governos estaduais, Ministérios e instituições de atuação regional no semiárido, além da sociedade civil e do setor produtivo. Desta forma, em cumprimento à pauta estabelecida foi dada posse aos representantes da sociedade civil. Do Estado de Alagoas, como titular a senhora Elessandra Araújo de Souza, do Centro de Desenvolvimento Comunitário de Maravilha e como suplente a irmã Maria de Lurdes dos Santos Santana, da Cáritas Diocesana de Palmeiras dos Índios; do estado da Bahia como titular a senhora Marilza Pereira da Silva, do Instituto de Permacultura em Terras Secas e como suplente o senhor Markus Breuss, do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada; do estado do Maranhão como titular o senhor Josemar Coelho Neto, da Associação do Movimento Agrícola e Popular e como suplente o senhor João Otávio Malheiros, da Associação Maranhense para Conservação da Natureza; de Minas Gerais como titular o senhor Eliseu José de Oliveira, do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas; do estado da Paraíba como titular o senhor Irenaldo Pereira de Araújo, da Ação Diocesana de Patos; do estado de Pernambuco como titular o senhor Mário Farias Júnior, do Diaconia; do estado do Piauí como titular o senhor Afonso de Jesus Motta, da Cooperativa de Produtos e Serviços Técnicos Agrícolas do Piauí e como suplente o senhor Paulo José dos Anjos, do Centro Regional de Assessoria e Capacitação; do estado do Rio Grande do Norte como titular o senhor José Procópio de Lucena, do Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários; do Estado do Ceará como titular o senhor Manoel Jorge Pinto da França, da Associação Cristã de Base.

Em seguida foi assinado o Acordo de Cooperação entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o Ministério do Meio Ambiente. Assinaram o acordo o Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, senhor Egon Krakhecke e o Diretor do INPE, senhor Gilberto Câmara. O acordo trata da elaboração do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação - SAP, capaz de prever períodos de seca no semiárido brasileiro e desenhar cenários atuais de vulnerabilidades resultantes do uso da terra, com ênfase nas questões de desertificação e cenários futuros em decorrência das mudanças climáticas.

Foi dada a palavra ao senhor Gilberto Câmara, em seguida ao Secretário Egon Krakhecke e depois à Ministra de Estado do Meio Ambiente e presidente da Comissão Nacional de Combate à Desertificação, Izabella Teixeira.

O Secretário-Executivo da CNCD, Sr Egon Krakhecke deu início aos trabalhos, falando da possibilidade de incorporar novos atores no debate e na agenda e encaminhamento das questões relacionadas ao combate à desertificação. Também destacou que nas discussões do I ENED foi amplamente discutida a necessidade de ganho de peso político nas discussões relativas ao tema.

Fez uma apresentação dos pontos de pauta, abrindo espaço para sugestões. Propôs que o relatório nacional a ser apresentado para a UNCCD fosse apresentado e discutido na parte da manhã, o que foi aceito.

O Sr. Marcos Santana (equipe CCD/SEDR/MMA) iniciou a apresentação do relatório de implementação das ações relacionadas ao combate à desertificação para convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Periodicamente, todos os países parte da convenção têm que apresentar este relatório. No último relatório que foi apresentado em 2007, uma das inovações foi a questão da elaboração participativa. Nessa época já havia sido criada a figura dos pontos focais, a figura das comissões e do Grupo de Trabalho interministerial e foi utilizada essa estrutura para realizar a elaboração desse relatório. Foram levantados dados, informações relativas às ações do governo e contamos com a parceria da Fundação Grupo Esquel Brasil, uma instituição não-governamental que já tem um histórico de atuação nessa área de combate de desertificação, que fez a consolidação das informações e elaborou um texto básico que foi discutido no âmbito do GTIM, desse fórum de discussão, e os pontos focais estaduais governamentais e não-governamentais de combate a desertificação. Então, em 2007 nós apresentamos na convenção, referente ao período de 2002 a 2006, mas uma série de críticas haviam sido feitas, não só a questão do relatório brasileiro, mas em nível mundial. Porque esses relatórios tinham um formato muito aberto para consolidação das informações, a nível mundial era muito complicado. Havia também a questão da desuniformidade da informação. O que um País apresentava não podia ser comparável ao apresentado por outro País. E também a questão dos indicadores, não havia muita clareza, não havia uma base de referência para se fazer a avaliação desses indicadores e juntando tudo isso se tinha um relatório que era difícil de ser avaliado, tanto a nível nacional quanto a nível global. Pensando nessas dificuldades, foi criado na Conferência das Partes COP 7, em 2005, um Grupo de Trabalho Intergovernamental com a missão de desenvolver um plano estratégico para melhorar a implementação da convenção. Esse grupo foi criado e o seu relatório apresentou uma proposta que foi aprovada na COP 8, em 2007, e foi criado um marco estratégico decenal para melhorar a implementação da convenção, que é a estratégia decenal. A meta dessa estratégia é criar uma parceria global para reverter e prevenir a desertificação, a degradação da terra e a mitigação dos efeitos da seca nas áreas afetadas, visando apoiar a redução da pobreza e a sustentabilidade ambiental. Porque uma característica da convenção de combate à desertificação, é justamente essa ligação com a questão da redução da pobreza. E aqui nós temos os objetivos estratégicos dessa estratégia, que seria: melhorar as condições de vida das populações afetadas, melhorar as condições dos ecossistemas afetados, gerar benefícios mundiais mediante a implementação da convenção e mobilizar os recursos para apoiar a implementação da convenção, tornando a utilização desses recursos de forma mais eficaz e aumentando os impactos da implementação desses recursos. Bom, a partir desses indicadores, dessa meta estratégica, foram elencados uma série de indicadores de impacto para se alcançar essa meta. Foram definidos nove indicadores: a o número de pessoas afetadas, a linha de pobreza, as pessoas que vivem na linha de

pobreza nessas regiões, o consumo de energia focado especificamente na questão da alimentação, as áreas afetadas, produtividade dessas áreas, a questão das reservas de carbono, porque tem um link muito forte com a questão das mudanças climáticas, o ordenamento territorial sustentável dos ecossistemas agrícolas, aquícolas e florestais, o nível de diversidade de financiamento e a implementação das políticas públicas visando alcançar o combate à desertificação. Desses indicadores de impacto, os Países Parte têm que apresentar, em 2012, no mínimo informações referentes a dois deles, que são a população que vive acima da linha da pobreza e o estado de cobertura da terra. Não seria o caso desse relatório que tem que ser apresentado este ano. Além dos objetivos estratégicos, temos também objetivos operacionais, que são objetivos mais vinculados a questões mais urgentes, de curto a médio prazo, que vão contemplar o período de 10 anos de vigência dessa estratégia decenal. Então, eles visam orientar as atividades de todos os intervenientes e parceiros da convenção em curto e médio prazo, a fim de apoiar a realização da meta e dos objetivos estratégicos mencionados. Então, foram definidos cinco objetivos operacionais. O primeiro relativo à questão da promoção do tema, sensibilização das pessoas e educação. O segundo, a questão do marco de políticas, as políticas públicas a serem implementadas para combate à desertificação. O terceiro referente à questão de ciência, tecnologia e conhecimento, a consolidação das informações científicas referentes ao tema. O quarto é a capacitação e por fim a questão do financiamento e a transferência de tecnologia. A partir desses objetivos operacionais vêm os indicadores de desempenho, que vão servir para avaliar o progresso em relação a esses cinco objetivos operacionais. A base de referência a ser adotada é o ano de 2008, e na oitava sessão do comitê de revisão e implementação do CRIC foram definidos 18 indicadores de desempenho. E desses 18 indicadores, os países afetados terão que apresentar informações sobre 14 desses indicadores. Os outros são mais relacionados a entidades de financiamento internacional, e o próprio secretariado da UNCCD e entidades de países desenvolvidos responderão. Desses 14 indicadores, alguns são: O indicador relativo a atividades de informação, que seria levantar as informações que são apresentadas na mídia, imprensa, rádio, televisão, relativas à desertificação. Número de organizações da sociedade civil e instituições de ciência e pesquisa que atuam com o tema. Os tipos de iniciativas no campo da educação, o que tem sido feito relativo à educação nessa área de combate à desertificação. O número de países que finalizaram ou reformularam ou revisaram seus programas de ação nacionais e se eles estão ou não alinhados com essa estratégia. Os números de iniciativas sinérgicas das 3 convenções do Rio, que é um ponto importante que é muito debatido no âmbito da convenção, é a questão da implementação de ações em parceria com as outras convenções de mudanças climáticas e de biodiversidade. Número de países que têm estabelecido um sistema de monitoramento da desertificação e não só monitoramento nacional, mas em âmbito regional ou local. Número de países que apresentaram informes à convenção. Número de programas de ação nacional revisados. Sistemas de intercâmbio de conhecimentos. Países que participaram de capacitação. Países cujo marco de investimento indica um alavancamento de recursos para o combate à desertificação, o grau de adequação, oportunidade e previsibilidade dos recursos financeiros fornecidos pelos países desenvolvidos para combate a desertificação. Número de propostas de projetos apresentados para financiamento à instituições internacionais de fomento, quantidade de recursos financeiros e tipos de incentivos que têm permitido o acesso a tecnologia pelos países afetados. Enfim, é um conjunto amplo de informações que visa justamente obter um quadro da situação que se encontra cada País no que se refere à degradação da terra, a desertificação e a mitigação das secas. O Portal PRAIS é um sistema de informação para lançar essas informações do relatório. Uma preocupação

dessa nova etapa de apresentação de relatórios é que as informações sejam mais precisas possíveis e que não se dê margem a interpretações dúbias ou informações superficiais ou que não tenham relação com o tema. Então, o objetivo desse portal foi obter informações mais objetivas. O conteúdo do relatório está formatado com esses 14 indicadores, um anexo financeiro, contendo os recursos que estão sendo empregados para o combate à desertificação. Também as fichas referentes aos programas e projetos que estão sendo realizados e informações adicionais que dizem mais respeito à questão do ponto focal nacional e as melhores práticas de combate à desertificação que estão sendo desenvolvidas. O relatório foi traduzido e apresentado aos parceiros para obter essas informações e colaboração de todos. Foi proposto um cronograma para elaboração desse relatório. O dia 15 de outubro será o prazo final para lançamento dessas informações no sistema.

O Sr. Marcos Dal Fabbro (Diretor de Combate à Desertificação/SEDR/MMA) esclareceu que a elaboração do relatório seria uma tarefa grande a ser cumprida em um prazo muito exíguo, envolvendo consultas a diversos parceiros. No âmbito federal, Ministérios, instituições, autarquias, que têm o diálogo com essa matéria. Consultas aos estados e à sociedade civil. Falou da complexidade em como obter as informações e que elas gerem um documento que seja capaz de expressar essas diversas contribuições. Que o relatório tem que contar com o respaldo da Comissão. Porque é um informe do governo brasileiro em relação à convenção. Então propôs que o relatório fosse validado pela CNCD. Propôs também que a Comissão deliberasse pela criação de um grupo que acompanhasse e que colaborasse com o Ministério do Meio Ambiente na realização dessa tarefa. Outro ponto, de forma preventiva, seria que o Ministério do Meio Ambiente fizesse um comunicado, enquanto ponto focal do tema ao Itamaraty, alertando da complexidade que guarda toda a realização desse relatório dentro de um prazo exíguo. Em seguida foram abertas as inscrições para as falas do plenário.

O Sr. Marcos Dal Fabbro (MMA) partiu para os encaminhamentos a partir das discussões e alguns esclarecimentos: aprovada a criação de um Grupo de Trabalho no âmbito da Comissão para acompanhar a elaboração do relatório. Propôs a composição com uma equipe de trabalho formada por dois representantes dos estados, dois representantes da sociedade civil, dois representantes dos Ministérios, mais o Itamaraty e o Ministério do Meio Ambiente. Deliberado pelo plenário, que faria a discussão dos nomes no intervalo para o almoço para serem divulgados no período da tarde. Em relação ao diálogo com os estados a providência do MMA seria após o término da elaboração desse documento, encaminhar formalmente aos governos estaduais, ao ponto focal titular do governo estadual em relação ao PAN-Brasil. Também ficou deliberado que a Secretaria-Executiva da CNCD convocaria uma reunião no início de outubro para validação do relatório no âmbito da Comissão. O terceiro encaminhamento seria reenviar a todos os representantes titulares e suplentes da Comissão os questionários e demais informações, uma vez que a colega, por exemplo, apontou que não identificou no e-mail dela. Também esclareceu que o reclame para a contra parte na CEPAL que fez o treinamento, foi unânime de todos os pontos focais que lá estavam, os Países Parte que lá estavam na convenção, que era complexo, tinha-se muito pouco tempo, que o sistema era lento e etc. Falou da importância de colocar um representante da iniciativa privada no GT, que certamente tem contribuições a fazer nesse relatório.

Retomando os trabalhos após intervalo para o almoço, o Sr. Egon Krakhecke (MMA) anunciou a retomada dos pontos de pauta, a partir da aprovação da ata da

primeira reunião da Comissão Nacional.

O Sr. Marcos Dal Fabbro (MMA) lembrou que normalmente, os procedimentos para a aprovação de uma ata, em geral é a leitura de toda a ata e os membros da Comissão destacam os pontos a serem discutidos. Sugeriu que, já que a reunião pautou especificamente o Regimento Interno como os representantes tiveram oportunidade de ler a ata, que fosse aprovada sem fazer uma leitura completa. Se houvesse destaques para correção, a gente já se partisse diretamente para estes pontos. Não havendo manifestações contrárias à dispensa de leitura da ata, perguntou se haveria algum destaque, alguma correção a ser feita, alguma outra questão em relação à ata. Em não havendo a ata foi considerada aprovada na segunda reunião da Comissão, que aprova a ata do dia 26 e 27 de novembro de 2008, reunião realizada no Banco do Nordeste, em Fortaleza. Ata aprovada.

O segundo ponto de pauta do período da tarde foi a conferência de Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas em Fortaleza, de 16 a 20 de agosto, com a presença de aproximadamente 100 países, efetivamente com uma mobilização internacional em relação ao tema de tal sorte que ele é o principal evento que dialoga com a temática de clima, desenvolvimento sustentável em regiões semiáridas. Por entender que é um momento importante de debate relacionado ao tema afeto a esta Comissão, falou da fundamental participação dos representantes da Comissão na conferência.

Com a palavra o secretário Egon Krakhecke (MMA) passou ao próximo ponto de pauta, o I ENED. Como encaminhamento, foi proposto que a CNCD seria um foro importante para processar os compromissos assumidos pelas instituições participantes do evento, e também trabalhar para que as propostas que não foram convertidas em compromissos se convertam gradativamente em ações concretas, ou que se intensifiquem as ações que estão relacionadas a esses compromissos que foram assumidos. Outro encaminhamento foi a apresentação aos candidatos nas eleições, estaduais e nacional, da agenda de propostas para que eles também possam incorporar como compromissos nos seus programas de governo, nas suas plataformas, programas e etc. Este encaminhamento foi tirado no I ENED, com o entendimento de que a sociedade civil deveria assumir esse papel, de entregar o documento em nome da comissão e poderia exercer uma cobrança maior do que os outros representantes da comissão, enquanto gestores públicos. A Secretaria-Executiva da CNCD ficaria com a responsabilidade de elaborar um documento-base e um grupo pequeno de representantes da CNCD trabalharia para consolidar o resumo executivo do relatório final do I ENED durante a semana em que estariam reunidos em Fortaleza, para participar da ICID (MMA, MI, ANA, MG, AL). Ficou a preocupação acerca de uma estratégia para que houvesse uma ação que não terminasse com a entrega do relatório aos candidatos e aos parlamentares, mas que esta entrega rendesse um retorno favorável às ações concretas para o semiárido. Foi sugerido que na próxima reunião da CNCD fosse avançadas as discussões de como os representantes poderiam contribuir para internalizar em suas instituições o cumprimento dos compromissos assumidos no I ENED.

Também foi lembrada a demanda de constituição de um Grupo de Trabalho sobre educação contextualizada no âmbito da CNCD, englobando a comunicação, a informação e o processo de capacitação.

Foi informada pela mesa a composição do grupo de trabalho formado para apoiar a elaboração do relatório nacional: MI e MPOG. Pela Sociedade Civil, uma indicação da ASA e uma da CONTAG, representantes da comissão. Pelos governos estaduais, MG e RN. CNA e Itamaraty, além do MMA.

Entrou em pauta a criação do Fundo Caatinga, atendendo a uma deliberação do I ENED, para atender às ASD. O entendimento da mesa, após a explanação inicial, seria a possível criação do Fundo Caatinga atrelado à Política Nacional de Combate a Desertificação e à CNCD. O mesmo grupo que se reuniria em Fortaleza para tratar do Relatório Nacional à UNCCD, com a contribuição do BNB faria uma discussão preliminar e uma proposta a ser apresentada na próxima reunião da CNCD, sobre este arranjo, havendo também a sugestão de que o comitê gestor do Fundo Caatinga, como consta na proposta de criação apresentada pelo BNB, seja a CNCD. Foi esclarecido que em relação ao Fundo Clima o comitê gestor é que define as diretrizes e o plano de aplicação dos recursos, e que a destinação de uma parte desses recursos ao semiárido precisaria ser negociada com esse comitê gestor.

Tendo sido tratados todos os pontos de pauta propostos para a II Reunião da CNCD, o Sr. Marcos Dal Fabbro agradeceu a presença e contribuição de todos, avaliando que a reunião teria alcançado seus objetivos. O Secretário-Executivo da CNCD, Sr. Egon Krakhecke agradeceu a todos e encerrou a reunião.

IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA

Ministra do Meio Ambiente
Presidente da CNCD

EGON KRAKHECKE

Secretário de Extrativismo e
Desenvolvimento Rural Sustentável
Secretário-Executivo da CNCD